

B3

Ibovespa 126.170 pts ↓ -1,17%

Moedas

Dólar Comercial R\$ 5,981 ↑ 1,13%

Corte de R\$ 70 bilhões: mercado via pacote com bons olhos, mas não contava com isenção do IR

Especialistas ouvidos pelo g1 apontam que montante não é suficiente para as necessidades do ajuste fiscal — e, conseqüentemente, para a queda da dívida bruta em relação ao PIB.

Por **André Catto**, **Raphael Martins**, g1

28/11/2024 05h02 · Atualizado há 5 horas



Fernando Haddad faz pronunciamento à nação sobre o corte de gastos — Foto: Reprodução

O sentimento de analistas do mercado financeiro e economistas foi agrídoce após o anúncio dos primeiros detalhes do pacote de corte de gastos do governo federal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou o plano em rede nacional nesta quarta-feira (27). (veja no vídeo acima)

Por um lado, veio a confirmação de que a **economia estimada é de R\$ 70 bilhões para os próximos dois anos**, de acordo com o que se esperava. Por outro, houve críticas à renúncia de receitas para isentar os trabalhadores com salário de até R\$ 5 mil do

Imposto de Renda (IR), uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo o ministro, a expectativa é a de que o impacto seja de R\$ 35 bilhões.

Durante a semana, a corretora BGC Liquidez havia feito uma sondagem com investidores institucionais para saber como reagiriam a um pacote justamente na casa dos R\$ 70 bilhões. Foram consultados gestores de fundos, economistas, analistas e estrategistas.

Metade havia respondido que um corte desse montante seria recebido de forma positiva. Outros 40% diziam que o impacto seria neutro.

Os questionamentos, porém, foram feitos antes da notícia de que o governo federal pretendia aplicar, neste momento, uma isenção de Imposto de Renda a quem menos que R\$ 5 mil. A medida precisa do aval do Congresso Nacional.

“Muito ruim como sinalização misturar os dois vetores em uma comunicação só. Era para o momento ser focado e direcionado para uma agenda de disciplina fiscal e de contenção de gastos”, prossegue.

Maior taxaço dos ricos para compensar isenço do IR

Atualmente, a tabela do IR determina uma faixa de isenço de R\$ 2.259,20. Além desse valor, há um desconto de R\$ 564,80 estabelecido pelo governo para assegurar a isenço a quem ganha dois salários mínimos. Na prática, portanto, **estão isentos aqueles que recebem até R\$ 2.824.**

De acordo com Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena, **a isenço do IR custaria ao menos R\$ 45,8 bilhões.**

O especialista pondera, no entanto, que o cálculo é otimista, pois parte do princípio de que a tabela do IR seria modificada, garantindo que o benefício tenha como foco os contribuintes de renda mais baixa.

Medidas podem ser insuficientes, segundo analistas

A **meta fiscal para 2024 e 2025 é de déficit zero** — ou seja, de igualar receitas e despesas para não aprofundar a dívida federal. A preocupação dos analistas é que as medidas anunciadas para os próximos dois anos sejam atropeladas por uma renúncia fiscal que vai adiante no tempo.

“Esse montante [de R\$ 70 bilhões], incerto, seria insuficiente para as necessidades do ajuste fiscal e o alcance das condições de sustentabilidade da dívida/PIB.”

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, também acha pouco o anúncio dos R\$ 70 bilhões pensando na trajetória da dívida pública para o ano de 2027 em diante.

“Digamos que esse valor para dois anos represente R\$ 35 bilhões por ano. Só para 2025, projetamos um rombo de R\$ 55 bilhões. Então, teria que contingenciar pelo menos R\$ 20 bilhões para cumprir a meta”, explica **Agostini**.

“Mas o principal ponto é conseguir reduzir a relação dívida/PIB. E, para isso, precisa fazer superávit primário muito maior do que o que tem sido feito. Portanto, provavelmente o governo terá que adotar novas medidas.”

Já André Roncaglia, diretor-executivo do Brasil no FMI e professor licenciado da UnB, acredita que o pacote de contenção ataca “injustiças sociais históricas”, como os supersalários de setores do funcionalismo público e a tributação dos salários mais altos.

“Ainda é cedo para avaliarmos o alcance dos impactos destas mudanças, mas houve um viés progressivo na repartição do ônus do ajuste, ampliando a fatia paga pelos mais ricos e impondo limites ao avanço das emendas parlamentares”, diz.

“O mercado vai olhar feio porque não vieram os cortes profundos desejados, mas o ministro Fernando Haddad tem como mandato servir a toda a sociedade brasileira, em particular os mais vulneráveis.”

Antes mesmo do anúncio oficial, a notícia de que o governo iria propor uma elevação na isenção do Imposto de Renda causou turbulência nos mercados nesta quarta. O dólar subiu 1,80% e encerrou a R\$ 5,91, no maior valor de fechamento da história. Já o Ibovespa recuou 1,73%, aos 127.669 pontos.